

Falta credibilidade, diz Borali

O presidente do Citibank no Brasil, Antônio Borali, considerou o acordo firmado pelo governo brasileiro para o pagamento dos juros atrasados da dívida externa um passo muito importante. Mas não o suficiente para o País recuperar imediatamente a credibilidade externa. Ele acredita que, em razão dos problemas estruturais, "que são grandes, profundos e complexos", o País atravessará um processo de ajustamento de no mínimo três ou quatro anos. "Depois disso, se a economia for bem conduzida, é que teremos condições de partir para um crescimento sustentado", prevê Borali, um dos expositores do World Economic Forum, realizado ontem em São Paulo e que reuniu empresários de vários setores para discutir os problemas econômicos brasileiros.

Para o País recuperar a credibilidade, segundo o presidente do Citibank, é necessário que as autoridades busquem a estabilização da economia, equilibrando as contas do setor público. Um fator que, na sua opinião, contribuiu para o descrédito do País foi a suspensão do pagamento do serviço da dívida

externa, por duas vezes, sem que isso melhorasse a estabilidade da economia. "Isso motivou até mesmo a desconfiança de empresários nacionais", disse.

Para Antônio Borali, o acerto sobre o pagamento dos juros da dívida externa deverá facilitar o caminho para o acordo do estoque da dívida. Ele afirma que a discussão sobre o pagamento da dívida leva a algumas obsessões do tipo "se o País pode ou não pagar a dívida em 45 anos". E conclui: "Isso não é uma premissa realista, pois o problema de adequação varia no dia-a-dia".

Discordando do executivo do Citibank, o deputado Aloizio Mercadante, vice-líder do PT na Câmara, destacou que o País está se desfazendo de reservas cambiais para pagar os juros atrasados, sem uma negociação global do principal. Segundo ele, "o Brasil está pagando sem nenhum ganho no horizonte, e por isso está se tornando frágil no processo de negociação da dívida externa". Apesar da crítica, Mercadante considerou alguns pontos positivos nesse acordo, como a securitização (transferência dos atrasados em bônus) dos juros atrasados.